

Jornal do



CUT



1212



IMPRESSO ESPECIAL. 950017492-5/2005-DR/PR SIN. TR. IND. REFINDEST EX. PETROLEO EST. PR. CORREIOS



Sindipetro PR/SC

Jornal do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina - Ano XXV - nº 1240 - de 01 a 15/10/2009

CONTRA AS PRÁTICAS ANTISSINDICAIS DA PETROBRÁS



Mexeu com meu companheiro

Mexeu com meu amigo

JUSTIÇA PARA TODOS! BR



COM PUNIÇÃO NÃO TEM ACORDO!

www.sindipetroprsc.org.br

Ato da FUP e Sindicatos lançou a Campanha Reivindicatória Petroleira 2009

No início da noite do dia 30 de agosto saía a caravana do Sindipetro PR/SC em direção ao Rio de Janeiro. O objetivo foi participar do ato de lançamento da Campanha Reivindicatória 2009/2010, juntamente com a FUP e demais sindicatos filiados, no dia 31, em frente ao Edise, prédio sede da Petrobrás.

A manifestação reuniu delegações de todo o Brasil. Com faixas, cartazes e demais alegorias, os petroleiros deixaram bem claro que não haverá fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho se a empresa insistir nas punições impostas à categoria em função da greve de cinco dias realizadas no mês de março.

A campanha "O Petróleo Tem Que Ser Nosso!" também fez parte da ordem do dia. Os petroleiros e representantes dos movimentos sociais que também participaram do protesto cobraram uma nova Lei do Petróleo de acordo com o anteprojeto elaborado pelos movimentos sociais, que impõe o fim dos leilões de privatização de áreas com potencial para extração da ANP e a destinação social dos recursos gerados pelo setor petróleo. "Nossas propostas estão expressas no Projeto de Lei 5891/2009 que demos entrada na Câmara dos Deputados, cujo conteúdo vamos debater também no Senado. Essa proposta foi construída em conjunto com os movimentos sindical, social e estudantil e para fazê-la avançar no Congresso Nacional, precisamos do povo mobilizado, ocupando as ruas e praças do país", declarou João Antônio de Moraes, presidente da FUP.



Silvaney cobrou o fim das punições

Em sua fala, Silvaney Bernardi, presidente do Sindipetro PR/SC, disse que a história de luta da categoria petroleira não admite práticas antissindicais. "Sempre repudiamos esse tipo de



► Manifestação reuniu petroleiros de todo país

comportamento e vamos até as últimas consequências para reverter as punições impostas de forma truculenta a alguns trabalhadores por terem participado da greve de março".

O ato terminou no início da tarde do dia 31 e o ônibus que levou os petroleiros do Paraná e Santa Catarina já se preparava para o retorno. Foi mais uma viagem de luta e mobilização sindical.

:: Pauta de Reivindicações foi protocolada

A pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho do Sistema Petrobrás – 2009/2011 foi entregue à Petrobrás por dirigentes da FUP, CUT, CNQ e CTB, no dia 31/08, durante o ato que abriu a campanha reivindicatória. A pauta foi aprovada na I Plenária Nacional da FUP, realizada no Paraná, e referendada nas assembleias país a fora.

FUP e Anapar desmascaram conselheiros da Petros apoiados pelas associações

Em setembro, a Petros fez a redução de 2% da taxa de administração dos seus planos de previdência complementar, passado de 6% para 4%. A medida garantiu menor custo para os participantes e, logo, mais acúmulo de reservas. A votação entre os conselheiros que decidiu pela redução foi bastante apertada e foi preciso o voto de minerva dos representantes da Petrobrás no Conselho Deliberativo da Petros, já que todos os conselheiros eleitos votaram contra a redução da taxa.

Esse resultado evidenciou o comportamento pelego desses membros do Conselho, que se elegeram com o apoio das associações de aposentados, Ambep e Aepet. A FUP e a Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Pensão [Anapar] criticaram a postura dos conselheiros eleitos, apontando que eles não defendem os interesses dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Os conselheiros deliberativos eleitos da Petros responderam as críticas, tentando desqualificar a diretoria da Anapar, com acusações levianas e sem fundamento. Ou seja, a mesma tática que utilizam contra a FUP: autoritarismo, mentira e terrorismo.



O movimento sindical petroleiro repudiou os ataques contra a Anapar, entidade construída coletivamente por participantes dos fundos de pensão de todo o país, para defender os direitos dos trabalhadores, tanto na previdência pública, quanto na complementar.

Contraproposta da Petrobrás sequer chega perto das reivindicações dos petroleiros

Empresa oferece índice de reajuste pífio, não acaba com as punições e mantém a precarização do trabalho terceirizado

Após várias rodadas de negociação, a Petrobrás finalmente apresentou uma contraproposta às reivindicações da categoria. No entanto, mais pareceu uma provocação do que uma proposta propriamente dita. A empresa que segue batendo recordes de produção, muitas vezes às custas do trabalho precarizado dos terceirizados, haja vista os corriqueiros acidentes e mortes nos parques industriais, propôs a correção da inflação e apenas 1,5% de aumento real, ainda por cima via Remuneração Mínima por Nível e Regime [RMNR]. Para piorar o já sombrio cenário, não inseriu nada em seu acordo que possa mudar a realidade dos terceirizados, que são mais de 80% das vítimas dos acidentes de trabalho na Petrobrás.

Além disso, também não se posicionou quanto às punições aplicadas aos petroleiros que participaram da greve de cinco dias, realizada no mês de março deste ano. O recado já está dado há muito tempo: com punição não tem acordo!



A empresa se faz de desentendida, mas no fundo sabe que o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010 passa prioritariamente pelo cancelamento das punições e também pelo fim da precarização do trabalho terceirizado.

Um estudo do Dieese revela que a empresa possui 269 mil trabalhadores em regime terceirizado, sendo

que aproximadamente a metade está na produção. Hoje, o número do efetivo próprio pouco passa dos 54 mil petroleiros. O problema pode ser agravado com as descobertas das mega-reservas de petróleo na área do Pré-Sal, onde há a possibilidade da Petrobrás se tornar a operadora dessas áreas. Se isso realmente acontecer, serão necessários mais trabalhadores contratados diretamente para cumprir com essa função de modo adequado. Caso contrário, os petroleiros próprios podem se tornar uma casta isolada, com menos de 5% de representação da categoria. Portanto, conforme deliberado na última reunião da Direção Colegiada do Sindipetro PR/SC, realizada no dia 02 de outubro, as frases de ordem no momento são: "direitos iguais para trabalho igual" e "com punição não tem acordo".



Direção Colegiada se reuniu no dia 02/10 para debater a Campanha Reivindicatória

Novos operadores da Repar dão exemplo de luta e conquistam acordo

Os 70 novos operadores da Repar que foram aprovados no concurso público de 2008 não tiveram, definitivamente, uma boa recepção em seus novos trabalhos. Esses funcionários foram contratados para operarem nas novas unidades que estão sendo construídas com o programa de ampliação do parque industrial. Todo o conhecimento teórico adquirido junto aos cursos de formação necessitava do aprimoramento na atividade prática, em outras palavras, chegava a hora de colocar a mão na massa.

Já haviam se passados seis meses da conclusão da capacitação teórica e até pouco tempo nada de trabalho na prática. A empresa, por sua vez, os jogava de um lado para o outro, entre gerências de empreendimentos e processo, mas as atividades eram meramente burocráticas e adminis-

trativas, bem diferente das funções empregadas na profissão que optaram quando da realização do processo seletivo.

O grupo dos novos contava, inicialmente, com 120 pessoas, mas uma parte dos que iniciaram o curso de formação já estão no turno e devidamente certificados nas áreas das atuais unidades. É o caso dos aprovados na Refinaria do Nordeste [RNEST], localizada na Região Metropolitana de Recife-PE, e que fizeram a capacitação no Paraná.

Não bastasse toda essa situação constrangedora, o grupo dos novos, que fica perambulando pela área, se tornou motivo de piadas dos demais trabalhadores. O pessoal do Recursos Humanos já os chamavam de "minhas crianças". A humilhação foi tamanha que alguns chegaram a pedir suas contas e deixaram a empresa.

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina tentava resolver o problema há tempos, mas a empresa insistia em aguardar a conclusão das obras de ampliação para inseri-los no turno. Na avaliação do Sindicato, a situação caracterizava assédio moral coletivo.

A solução, como de praxe no mundo do trabalho, só foi encontrada com a mobilização dos novos juntamente com o Sindicato. Promoveram uma chuva de denúncias à ouvidoria e estavam prestes a tomar medidas mais radicais, mas a empresa recuou e fechou um acordo. 10 operadores de cada unidade já estão em regime de turno e a Repar se comprometeu que até janeiro todos estarão enquadrados nesse regime de trabalho. O começo não foi dos melhores, mas a lição que fica é de que só a luta traz conquistas.



Campanha do Petróleo volta às ruas

A barraca dos movimentos sociais voltou a coletar assinaturas nas ruas de Curitiba com a finalidade de pressionar o Congresso Nacional a aprovar a proposta alternativa de nova Lei do Petróleo, apresentada por intermédio do deputado Fernando Morrone [PT-RS]. No sábado [03/10] as organizações, inclusive o Sindipetro PR/SC, montaram a barraquinha e conversaram com a população sobre a necessidade de mudar a legislação do setor, com a retomada do monopólio estatal do petróleo, o fim dos leilões da ANP e o cancelamento dos já realizados, fundo soberano, entre outros.

Petrobrás prorroga vigência do ACT

A empresa prorrogou a vigência do Acordo Coletivo de Trabalho e os respectivos aditivos de seus empregados até o dia 31 de outubro. A medida é comum nos períodos de Campanha Reivindicatória e, segundo a Petrobrás, serve para preservar o clima de tranquilidade necessário no processo de negociação. Vale lembrar que tudo o que for pactuado nas negociações é retroativo a 1º de setembro. A exceção das cláusulas que contiverem disposição contrária.

Pré-Sal foi tema de debate na Assembleia Legislativa do Paraná



Audiência Pública realizada no dia 21 de setembro, no Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná [Alep], reuniu lideranças políticas e representantes de entidades da sociedade civil para debater a

temática "Pré-Sal, o Novo Marco Regulatório Enquanto Instrumento de Controle Estatal". O evento ocorreu por iniciativa das bancadas do PT, PMDB e PDT e teve o objetivo de discutir o posicionamento do estado em relação à nova legislação do petróleo, que inclui a questão do mar territorial.

Silvaney Bernardi, presidente do Sindicato, disse que mais uma vez o país atravessa um momento histórico em relação ao setor petróleo. "Getúlio Vargas apresentou um projeto que não atendia a totalidade dos interesses da população. A partir da pressão da sociedade através da campanha 'O petróleo é nosso', o então presidente aceitou um substitutivo geral, apresentado por Euzébio Rocha, que estabeleceu o monopólio estatal. Portanto, revivemos um momento estratégico no qual podemos ver os interesses de cada setor. A direita defende a manutenção do modelo neoliberal, diga-se, redução do papel do Estado e privatização. Nós, dos movimentos sociais, lutamos para que se restabeleça o monopólio estatal e que os recursos sejam investidos para o resgate da dívida social. A tendência mundial é de controle estatal das reservas, sendo que 80% do petróleo está estatizado".

Organizações brasileiras protestam contra o golpe em Honduras

Entidades do movimento sindical, social e popular organizaram atos em todo país no dia 02 de outubro para prestar solidariedade à resistência do povo hondurenho, contra os golpistas. Em Curitiba houve panfletagem na Boca Maldita. Na capital paulista a manifestação ocorreu no vão livre do MASP [Avenida Paulista]. "Vamos levantar bem alto a bandeira da democracia, defendendo o governo constitucional de Manuel Zelaya contra os golpistas, que buscam afogar em sangue a determinação de um povo", declarou João Antonio Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT.



Proposta de Sindicalização

Nome: _____ Nome de Guerra: _____
 Sexo () M () F Nascido em: ____/____/____ Cidade: _____ Estado: _____
 Admissão na empresa: ____/____/____ Nível Salarial: _____
 Empresa: _____ Matrícula: _____
 Aposentadoria: ____/____/____ CB: _____
 CPF: _____ Cargo/Função: _____ Setor: _____
 Gerência: _____ Órgão: _____
 End. Res.: _____ nº _____ Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ - _____
 Tel Res.: (____) _____ - _____ Tel Com: (____) _____ - _____
 E-mail: _____

() **Aposentados** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 0,8% do rendimento bruto (INSS+Petros).

() **Ativos** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 2,5% do salário básico.

_____, ____ de 2009.

 assinatura